

Sobre Luzes e Sombras

A reconstrução da paisagem cultural da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro (1982-2008).

LEONARDO CIVALE¹

“O patrimônio é um conjunto de atributos, de representações e de práticas fixadas sobre um objeto não contemporâneo (coisa, obra, idéia, testemunho, edifício, lugar, paisagem ou prática). É decretada coletivamente a importância presente intrínseca (aquilo em que este objeto é representativo de uma história legítima dos objetos da sociedade) e extrínseca (aquilo em que este objeto contém em si os valores que servem de base de uma memória coletiva) que exige que essa memória seja conservada e transmitida. (LEVY et LUSSAULT, 2003, p. 692)”.

Introdução

Como não poderia deixar de ser, a epígrafe do trabalho não foi fruto de uma escolha ingênua ou aleatória. A definição dos eminentes geógrafos franceses sobre o que diz respeito ao patrimônio cultural procura ser a mais ampla possível, pois, engloba um conjunto de atributos, representações ou práticas sociais. No entanto, ainda que bastante ampla, a mesma definição

¹ Doutor em Geografia. Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa/MG.

também tem o cuidado de destacar que a importância presente intrínseca ou extrínseca de atributos, representações ou práticas patrimônio cultura deve ser construída coletivamente.

Do ponto de vista legal, se recorrermos ao Direito Romano, uma das bases do direito ocidental, vamos encontrar uma definição de patrimônio fortemente associado à genealogia. Para os romanos o patrimônio era tudo aquilo que vinha do pai. O conjunto de bens pertencentes ao pai deveria ser transmitido aos seus descendentes e, diga-se de passagem, para os antigos romanos, esses bens não eram necessariamente expressos em termos de valores quantificáveis. Não haveria como estabelecer valores monetários para a honra e o bom nome de uma família patricia. Além disso, o patrimônio de uma família e, no caso dos romanos, a família não se definia apenas pelos laços de sangue, pois todos aqueles que viviam na propriedade eram considerados membros da mesma, era tudo aquilo que fazia parte do pai em vida. Assim, todos os bens fossem estes materiais ou não deveriam ser transmitidos aos descendentes. Desse modo, se, por um lado, esses bens não tinham necessariamente um valor em si, por outro lado, eles definiam claramente uma genealogia. Dessa forma, o sentido mais profundo de patrimônio não pode ser desvinculado de herança e a sua transmissão sempre garantiu, de certa forma, uma coesão social. A transmissão dos bens garantida pela lei mostrava não apenas a importância dos bens em si, mas, sobretudo, a importância da genealogia. Essa sim, um valor em si.

Por um desses caprichos da consciência individual e coletiva, parece que a nossa circunstância histórica de certa maneira vem valorizando sobremaneira o recurso da memória e da própria história como um recurso para a preservação da identidade individual e coletiva. Curiosamente, o fato de vivermos em uma era de grande profissionalização universitária nas áreas da história, da antropologia e da sociologia e dispormos profissionais na diferentes áreas altamente qualificados parece não ter afetado e maneira significativa o interesse social pela genealogia. As sociedades ocidentais de maneira geral parecem dar mais valor a uma mitologia das origens do que ao resultado do trabalho de profissionais que se dedicam a vasculhar a memória, a história e a identidade coletiva. Desse modo, não causa nenhuma surpresa o patrimônio cultural, berço da memória e da identidade ser evocado para a legitimação do poder através de uma construção mitológica das origens.

Os grupos identitários dentro de uma mesma sociedade, além de não levarem em consideração o exaustivo e criterioso trabalho destes profissionais da memória, optam por em fantasiosas construções mitológicas que sustentem lutas encarniçadas pela identidade social. Portanto, a preservação de patrimônio, longe de ser fruto de veleidades estéticas e culturais é, na realidade, um campo acirrado de conflito aberto e discussão apaixonada entre os diferentes grupos identitários que circulam no espaço urbano. Desse modo, o trabalho procura refletir sobre a maneira como o conceito de patrimônio vem sendo utilizado pelos diferentes grupos identitários contemporâneos ou, o não deixa de ser a mesma coisa, como patrimônio cultural, sinônimo puro e simples de herança, vem sendo visto como evocação de uma mitologia das origens. Tal fato, talvez não acarretasse em um problema em si se a luta pelas origens fosse apenas simbólica, mas sabemos com ajuda da história que as lutas simbólicas conduzem ao fortalecimento de determinados grupos sociais em detrimentos de outros. Sabemos também que ao não se sentirem legitimamente representados, esses grupos subalternizados, não se ocupam do espaço público, que sem eles jamais será verdadeiramente público.

A luta pela memória e identidade

Desde a assinatura da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural pela UNESCO em 1972 temos assistido a um grande movimento por parte dos governos, instituições, entidades não governamentais, empresários ligados ao setor de turismo e parte das populações de diferentes lugares do planeta em transformar alguns lugares em patrimônio histórico da humanidade. Evidentemente tal mobilização deveria ser encarada como um fato altamente positivo. Esse fenômeno social poderia mesmo ser visto como uma espécie de resistência de populações locais diante de uma explosão de investimentos externos e projetos de modernização que se espalhavam pelo mundo a partir da segunda metade do século XX e transformaram radicalmente vários lugares. Visto por este prisma, a preservação do patrimônio histórico e cultural representava um duplo movimento: uma verdadeira barreira aos interesses do lucro mais imediato e, ao mesmo tempo uma luta pela preservação de cultura e de uma identidade

local. No entanto, um olhar um pouco mais cuidadoso pode revelar alguns nuances desta questão e tornar visível alguns dos aspectos que ficaram na sombra.

Geralmente as políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural, elaborada por órgãos governamentais e especialistas em políticas públicas, adotam a postura de preservar o patrimônio edificado. Tal movimento tem provocado, quase que invariavelmente, a cristalização em “pedra e cal” de vestígios da memória de apenas um determinado segmento das populações. Ilumina-se assim uma memória específica, ao mesmo tempo, que se condena às trevas a memória de segmentos inteiros dessa mesma população. Os vários projetos de patrimonialização têm o efeito de preservar a memória cristalizada em pedra e cal de uma pequena parcela da população em detrimento da grande maioria que lenta e silenciosamente desaparece sem deixar vestígios. Esse processo de controle da memória, de certa forma, não passa de uma atualização do paradigma tradicional da patrimonialização. Uma concepção que remontaria ao monumentalismo historicista do século XIX. Em outras palavras, as políticas de preservação do patrimônio, normalmente, se ancoram em um modelo de historicismo positivista. Nele, a história é compreendida como um *continuum*. Algo como uma linha contínua que se estende indefinidamente do passado ao presente. Sendo a explicação do presente necessariamente ligada a um determinado passado. Neste caso, o patrimônio histórico seria uma espécie de arquivo, de monumento ou de testemunho ocular do passado que, por diferentes motivos, permaneceu até o presente.

O grande problema deste modelo de preservação da memória é que ele compreende o patrimônio material como algo dado, como um produto acabado que chegou até o presente. Os objetos, as construções, os lugares, as paisagens são interpretados como uma simples heranças do passado. Essa interpretação, longe de ser ingênua, privilegia e dá voz a uma parte do legado do passado, porém por vezes não discute efetivamente se aquilo que ficou é representativo de todas as vozes que uma vez se pronunciaram no passado e hoje silenciaram. O modelo torna invisíveis os inúmeros conflitos que uma vez se estabeleceram naquela sociedade e, portanto, representa assim alguma legitimidade, ou se representa um valor específico que diferencie aquela sociedade de tantas outras. As ações de conservação atuam quase indistintamente sobre aquilo que sobrou,

ainda que de forma precária, do processo de modernização radical imprimido pela industrialização e urbanização do século XX.

No entanto o patrimônio de uma sociedade é fruto de sua memória coletiva e, portanto, não pode ser confundido com todos os resquícios do passado que chegaram até o presente. Aliás, na maioria das vezes, a memória social é relegada ao esquecimento em detrimento de objetos, obras ou paisagens que nem sempre representam a memória popular. Da mesma forma que a história positivista privilegia a versão dos vitoriosos ou a história das nações seleciona na memória as interpretações dos interesses nacionais, os objetos ou construções que são privilegiados são escolhidos por uma seleção prévia. Portanto, sendo a patrimonialização uma operação intelectual, mental e social, é evidente que suas escolhas, como um jogo de luzes e sombras, projetem um foco sobre aquilo que se quer que seja lembrado e aquilo que deve ser esquecido. Assim, se por um lado parece positivo o movimento de se preservar aquilo que concretamente permaneceu, por outro lado não há como deixar de perceber que por trás do discurso patrimonialista há um projeto político e ideológico de construção, preservação e fixação de memórias sociais seletivas.

A preservação do patrimônio histórico e cultural representa ganhos materiais que vão desde a produção de renda e emprego e o incremento do turismo em locais preservados até ganhos subjetivos como o aumento da autoestima da população. Entretanto, a questão que chama à reflexão não é a necessidade de se conservar. Não se discute a importância da conservação dos centros antigos, mas pode-se e deve-se discutir o que conservar nestes lugares. Devem-se discutir, efetivamente, quais os critérios que devem ser utilizados para a preservação e, sobretudo, qual seu produto final, o que se deseja com um projeto de patrimonialização. Ao fim e ao cabo deve-se discutir que memória deve ser preservada. Sob pena de se criar um belo espaço devidamente conservado, mas que carece simbologia e de afetividade e que, portanto, não funciona como um lugar de encontro e de trocas de experiências.

Isto posto vamos discutir um exemplo concreto. A patrimonialização de uma praça no centro antigo da cidade do Rio de Janeiro.

A Cidade e os Lugares da Memória



Mapa: centro antigo do Rio de Janeiro.

No antigo mapa do século XVII podemos ver claramente o sítio da cidade do Rio de Janeiro. Encravada em quatro morros: Santo Antonio, São Bento, Conceição e Castelo (este último, o primeiro à esquerda de quem olha, foi o local de fundação da cidade e foi demolido nos anos vinte do século passado) a cidade se mostra inteira para as águas calmas da Baía de Guanabara.

No coração da cidade, espremida entre o mar e as torres de concreto, aço e vidro que caracterizam o centro da moderna cidade do Rio de Janeiro, descortina-se a Praça XV de Novembro. Berço de grandes acontecimentos históricos da cidade e do país, o logradouro carrega o emblemático nome de XV de Novembro como uma homenagem ao dia da Proclamação da República brasileira, embora tenha se convertido, nos últimos anos, num verdadeiro postal do Brasil Imperial. Palco da coroação de dois imperadores (Pedro I e Pedro II), paisagem cotidiana de milhares de cariocas, mas também palco da Revolta da Chibata, nos primeiros anos da República, a praça é um lugar pleno de significados e referências conflitantes. Lugar marcado, portanto, pela memória oficial que gera focos de luzes e sombras, mas também pelo imaginário social, onde a memória se projeta criando espaços de referências e identidade para a população. Os espaços iluminados são os símbolos da história oficial: o palácio, as igrejas as estátuas de figuras históricas. Os lugares de sombras são o antigo cais, a população de rua, os pobres, em suma, os olvidados da história oficial. Revelando o privilégio dado aos símbolos oficiais, vemos na praça a estátua de Dom João IV, símbolo da coroa portuguesa expulsa por Napoleão da Europa e do general Osório, um dos protagonistas da guerra movida contra o Paraguai. No entanto, não se vê qualquer sinal da memória de João Cândido, marinheiro negro que liderou a revolta contra o costume da marinha brasileira de punir os negros com o açoite. Nos últimos 25 anos a praça XV tem vivido um progressivo processo de restauração do patrimônio histórico. Orquestrado pelo poder público e por fundações privadas, tal processo age diretamente sobre a paisagem cultural do logradouro. A opção por conservar na paisagem a representação de um Brasil Imperial instaura na praça um verdadeiro palco onde se encena o drama da identidade nacional.

A cidade do Rio de Janeiro passou, no pós-guerra, por um intenso processo de modernização, que se traduziu em fenômenos urbanos típicos da urbanização em países periféricos como crescimento desordenado, favelização, verticalização e metropolização. Esses fenômenos por si só já deixariam sua marca indelével sobre o espaço urbano, porém, para agravar ainda mais esses problemas que se aprofundaram a partir dos anos 60 do século XX, o golpe militar de 64 varreu qualquer possibilidade de resistência pela população da cidade. Durante esse vácuo de participação popular, que se prolongaria, por vinte anos, nos destinos na cidade, o

impacto da modernização acelerada produziu verdadeiras calamidades urbanas. Nesse período a cidade, que já tinha um histórico de intervenções urbanas radicais, parece não resistir à marcha triunfante da modernização capitalista. Desde a construção da Avenida Rio Branco no início do século XX, um “grand boulevard” de inspiração haussmaniana, até a inauguração do Aterro do Flamengo nos anos 60 do mesmo século, a cidade se rendeu ao ímpeto dos projetos modernos. Além, é claro, da derrubada do morro do Castelo, berço da fundação da cidade, nos anos 20 e da construção da avenida Presidente Vargas, nos anos 40 rasgando o ventre da cidade. Os anos 70 não fugiram a regra, o conceito de modernização suplantou a idéia de preservação do patrimônio. A ditadura militar infligiu duros golpes na memória urbana carioca como a derrubada do Palácio Monroe, e a construção da Avenida Perimetral, impedindo a ligação natural da Praça XV com o mar. Atos condizentes com um regime de exceção: derrubava-se o antigo prédio do Senado Federal e construía-se uma espécie de parede de concreto que a separava a cidade da sua verdadeira vocação histórica e geográfica que era o caminho do mar.

Nos anos 80 do século XX, percebe-se uma mudança de atitude da população em relação aos destinos da cidade. Mas o que provocou a transformação nas atitudes? Qual o papel da geografia na interpretação desse processo? Levanto aqui três hipóteses: a volta da normalidade democrática, a resistência do senso comum às pressões da modernização e, sobretudo, uma crítica conceitual ao modelo de modernização.

Entre os anos 60 e 70, auge da ditadura militar no Brasil o espaço da Praça é rasgado pela Avenida Perimetral, com objetivo de desviar o tráfego do centro da cidade para a Av. Brasil, uma das ligações com os subúrbios do Rio de Janeiro. O espaço da praça deixava de ser importante e era relegado à degradação. A construção de um via elevada no coração da praça cortando o espaço e obstruindo o caminho do mar, de certa forma representava os cânones a ditadura modernizante, o antigo deveria ser abandonado para que o novo pudesse surgir. O importante era facilitar a circulação dos automóveis, abrir espaço para o progresso e para o futuro. O projeto de Brasil como potência do futuro simbolicamente se inscrevia na praça e no centro da cidade cosmopolita. A liberdade que a praça representava era submetida quase definitivamente pelo concreto da via elevada. Nos anos 60 do séc. XX, anos da ditadura militar, a degradação física desse espaço simbolizava a crise de representação do regime.

A redemocratização do país responde de certa forma, ao processo de unificação dos mercados e este último produz um grande impacto sobre as realidades urbanas. A palavra de ordem dos representantes oficiais passa a ser, então, a preocupação com as adequações dos locais à nova realidade econômica. Para a população em geral, no entanto, a sensação é que a globalização se assemelha a um turbilhão, que atinge indistintamente todos os espaços urbanos e coloca em risco sua identidade mais profunda. A volatilidade do processo provoca uma imediata reação ante a percepção de que o resultado do progresso é um espaço vazio de referências, é a transformação das esquinas, é o lugar sem a familiaridade e o afeto.

A praça XV foi o palco perfeito para se encenar o drama da identidade nacional. Ali o antigo e moderno se contrapõem ou se complementam. Uma batalha surda vai sendo travada entre o Brasil Imperial do século XIX, projeto e imagem de uma civilização nos trópicos, e o Brasil do século XX, projeto de futura potência moderna. Ali o Brasil republicano é obrigado a ajustar as contas com o seu passado imperial. Ainda nos anos 60 ergue-se a estátua equestre de D. João VI, presente do povo português pelos 400 anos de fundação da cidade. Nos anos 80 restauram-se o Paço Imperial e do Chafariz do mestre Valentin e o Convento do Carmo. A estátua do General Osório, fundida com os bronzes dos canhões da Guerra do Paraguai, outro símbolo da vitória imperial, ganha nova vida. Mais recentemente, reforma-se a antiga catedral, de acordo com suas características imperiais, para a comemoração dos 200 anos da chegada da família real ao Brasil.

O conjunto arquitetônico preservado é bastante representativo dos poderes da colonização portuguesa na América. O Convento do Carmo, Igreja do Carmo a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, o Paço Real (mais tarde Paço Imperial) e o Arco do Teles (1730). O Palácio dos Vice-reis, as igrejas centenárias, as ordens religiosas, o convento e a casa do rico comerciante imprimem no espaço a marcas visíveis da religião católica, do poder do conquistador e dos interesses dos grandes comerciantes.

A praça comporta, evidentemente, uma dimensão material, porém é inegável sua dimensão simbólica. Como símbolo, sua patrimonialização foi um meio eficaz para desenvolver, comunicar e memorizar um sentido. Ela foi preservada para ser um complexo sistema de significação que se exprime através do espaço. A conservação dos prédios em torno, bem como

do terreno, foi concebida para ativar, através do espaço, uma memória social do Brasil colonial. O projeto de patrimonialização, longe de ser ingênuo, evoca um modelo de civilização e um sistema de valores. Procurava-se assim, preservar uma paisagem matriz, algo como o espaço funcionando de maneira pedagógica para uma população que conserva poucas relações seja com o passado, seja com o espaço.

Um problema, no entanto, permanece. Como fazer uma população que foi, durante anos, sistematicamente excluída dos processos decisórios e privada dos direitos básicos de cidadania acreditar que a praça lhe pertence? Como transformar a antiga praça em um lugar de convivência e troca de experiências, se durante anos a população foi ensinada a evitar o espaço público? O cenário foi, de fato, preservado, mas a essência, completamente destruída. O espaço não é vivido, não é integrado ao cotidiano daqueles que o utilizam. Não há participação e não existe a sensação de pertencimento. Alguns traços da memória foram privilegiados, porém optou-se pelos símbolos oficiais (monumentos e estátuas equestres), mas estes não são, necessariamente, o elo de ligação com o imaginário popular. No fundo, a paisagem matriz da praça reflete a própria história do povo brasileiro que por décadas foi levado a acreditar que não passava de um mero espectador de sua própria história e apenas recentemente adquiriu a condição de se ver como protagonista de sua própria história. Portanto, fazer a população tomar posse da praça e restabelecer a sensação de pertencimento não é tarefa fácil, passa por adotar uma atitude diferente frente ao tempo e, sobretudo ao espaço.

Considerações Finais

A memória oficial, no caso do centro da cidade do Rio de Janeiro, sob a forma de patrimonialização optou, portanto, por iluminar os símbolos do Império e com isso congelou uma imagem positiva de uma monarquia democrática, onde se cultivavam as artes, as ciências e a literatura. O mesmo processo, porém optou por deixar nas sombras os porões desse mesmo império que se sustentou sobre o trabalho escravo e o latifúndio. Esse processo não é exclusivo da cidade do Rio de Janeiro nem tampouco, está em desacordo com os paradigmas da

modernidade tardia, porém ele revela algo importante sobre a forma como nos relacionamos com o espaço e o tempo e, evidentemente, como vem sendo moldada a nossa identidade.

Como acreditamos ter deixado claro ao longo do trabalho, há que se destacar que, se o patrimônio cultural preservado revela mais sobre o presente do que sobre o passado, esse modelo talvez esteja mostrando incapacidade da cidade do Rio de Janeiro em se projetar para o futuro e gerar espaços de encontros e de trocas. Produzir um belo cenário, porém sem a presença, cheia de vida, dos atores sociais, não significa necessariamente promover a cidadania e a convivenciabilidade. Se a cidade é realmente a expressão de uma sociedade sobre determinado território, certamente ela não pode ser desprovida de contradições. No entanto, se nos deixamos seduzir por construções mitológicas de grandeza e superioridade, corremos o risco de olvidar que patrimônio cultural, ainda que seja um terreno de conflito, pode ser um campo fértil para semearmos um futuro em comum.

O trabalho procurou refletir sobre a maneira como o conceito de patrimônio cultural vem sendo utilizado pelos diferentes grupos identitários contemporâneos. Tal fato, longe de ser uma disputa democrática e saudável pelos terrenos da memória e pela preservação do espaço público revelou a legitimação do domínio dos aspectos simbólicos e do espaço concreto por um determinado grupo sociais em detrimentos de outros tantos.

Essa conclusão reforça alguns ensinamentos da história. O primeiro deles é que a luta pela memória é uma estratégia histórica de segmentos esclarecidos e mais favorecidos da sociedade em busca de legitimação. O segundo é que essa estratégia não se traduz apenas em representação social, mas antes, em fortalecimento e controle de determinados grupos e a subalternização de outros. O terceiro é que a ausência de representação leva à alienação em relação ao espaço público por parte de determinados grupos e, evidentemente, ao controle por parte de outro grupo. O quarto é que um espaço dividido, onde imensas parcelas da população não se sintam representadas, jamais será um espaço verdadeiramente público.

Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, vol.1 e vol.2. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.
- ANDREATTA, Verena. *Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.
- BLANQUART, Paul; *Une Histoire de la Ville : pour repenser la société*. Paris. La Découverte/ Poche, 1998.
- BENJAMIN, Walter. *Paris, capital du XIXe siècle*. Paris : L’Herne, 2011.
- BERDOULAY, Vincent et CLAVAL, Paul. *Aux Bébuts de L’Urbanisme Français: regards croisés de scientifiques de professionnels (fin de XIX-début XX siècle)*. Paris : L »Harmattan, 2001.
- CANTERO, Nicolás Ortega e PISON, Eduardo Martinez (editores): *La Recuperación del Paysage*. Madri. Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 2008.
- CHOAY, Françoise. *L `Allégorie du Patrimoine*. Paris. Seuil, 2007.
- CLAVAL, Paul. *La Fabrication du Brésil : une grande puissance en devenir*. Paris: Bellin, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- GONZÁLEZ-VARAS IBÁÑEZ, IGNACIO. *Las Runas de La Memória: ideas y conceptos para uma (im)posible teoria del patrimônio cultural*. México: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris : Albin Michel, 1994.

LEVY, Jacques et LUSSAULT, Michel. *Dictionnaire de la Géographie et de L'Espace des Sociétés*. Paris, Belin, 2003.

MACHADO, Lia Osório. “Origens do Pensamento Geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930)”. In: CASTRO, I.E., GOMES, P.C.C., CORRÊA, R.L. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In: NOVAIS, Fernando & SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MASSEY, Doreen B. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.

NEDELL, Jeffrey.D. *Belle Époque Tropical*. Sociedade e Cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de memoire*. Paris : Gallimard, 1993.

POULOT, Dominique. *Uma História do Patrimônio no Ocidente*. Dos séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RABINOW, Paul. *Une France Si Moderne: naissance du social 1850-1950*. Paris: Buchet/Chastel, 2006.

ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SCHULTZ, Kristen. *Versalhes tropical: império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.